



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682457 - SP (2021/0233039-2)

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**IMPETRANTE** : VALDOMIRO BATISTA GUIMARAES  
**ADVOGADO** : VALDOMIRO BATISTA GUIMARÃES - SP250983  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JALISSON MARQUES ALMEIDA (PRESO)  
**PACIENTE** : MICHAEL SANTOS DA SILVA (PRESO)  
**CORRÉU** : PEDRO JORDAO DE CARVALHO  
**CORRÉU** : RAILON BRANDAO COUTO FAGUNDES  
**CORRÉU** : CLAUDIO DE ANDRADE  
**CORRÉU** : DANILO SOUZA SILVA  
**CORRÉU** : MICHAEL GUERRA DE MELO SOBRAL  
**CORRÉU** : JOSE ALVES DA SILVA  
**CORRÉU** : WILLIAN LIMA  
**CORRÉU** : UILDSON PEREIRA BASTOS  
**CORRÉU** : MICHAEL JHORRAN SANTOS SOARES  
**CORRÉU** : PABLO LORRAN SANTOS SOARES  
**CORRÉU** : WELLINGTON DE JESUS LIMA  
**CORRÉU** : IGOR DE JESUS  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JALISSON MARQUES ALMEIDA e MICHAEL SANTOS DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2165657-28.2021.8.26.0000).

Os pacientes tiveram a prisão em flagrante convertida em preventiva, tendo sido, posteriormente, denunciados pela suposta prática dos crimes tipificados no art. 180, §§ 1º e 2º, c/c o art. 29, *caput*, e 288, *caput*, na forma do art. 69, todos do Código Penal.

O impetrante sustenta que não estão presentes os requisitos autorizadores da medida cautelar do art. 312 do Código de Processo Penal, não sendo a gravidade abstrata do delito fundamento hábil para fundamentar a segregação.

Alega que os pacientes são primários, com bons antecedentes, possuem residência fixa e sempre primaram pelo trabalho, não havendo indícios de que, soltos, representariam risco à ordem pública, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Aduz que, se condenados, cumprirão pena no regime aberto ou semiaberto.

Afirma que são meros funcionários do local dos fatos.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva dos pacientes, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois

não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Com efeito, a autoridade impetrada indeferiu a liminar no *writ* originário nos seguintes termos (e-STJ fl. 21):

*A despeito dos argumentos expendidos na impetração, as circunstâncias de fato e de direito não autorizam a concessão da liminar, pois não se vislumbram o fumus boni juris e o periculum in mora ensejadores da medida.*

*O juízo cognitivo desta fase possui âmbito restrito, razão pela qual a concessão da liminar deve motivar-se na flagrante ilegalidade do ato ou no abuso de poder da autoridade, justificando, assim, a suspensão imediata de seus efeitos.*

*Não é o que ocorre na espécie, presentes que se acham, em princípio, motivos ao resguardo da ordem pública e garantia de aplicação da lei penal, dado o exposto na decisão hostilizada, que apresenta fundamentação cercada de razoabilidade (fls. 127/131).*

*Sopesem-se, inclusive, a gravidade concreta das condutas e as peculiaridades dos crimes, dada a grande quantidade de mercadoria apreendida (quase uma tonelada), sendo certo que furto de fios de cobre, realizado em associação criminosa, e a comercialização dos ilícitos de forma estrutura e em larga escala vêm causado grande abalo na ordem pública e econômica.*

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência